

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O CORPO (RE) EXISTÊNCIA: A MARGEM COMO LUGAR DE SUBVERSÃO

Suzy Helen Santos de Paiva¹

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Suzyhelen.paiva@hotmail.com

Resumo

Os estudos de gêneros sempre tiveram o corpo como matéria prima não só para se debruçar sobre contextualizações, mas como estratégia de expressão e agora como um resgate subversivo. Considerando esses aspectos, o objetivo do presente artigo é discorrer sobre a heteronormatividade compulsória e como essa marginaliza outras vivências que não se enquadram nos papéis de gênero. O artigo intenta perpassar desde as imposições e conceituações de gênero tendo como cerne o existencialismo de Simone de Beauvoir até chegar na teoria Queer, especificamente ponderando sobre as vivências trans e os seus marcadores sociais, a análise será fundamentada e exemplificada na perspectiva do corpo como um marcador existencial. Por conseguinte, através das análises teóricas foi possível perceber a sujeição que os corpos expressam frente aos padrões normativos, assim como tudo aquilo que foge do estabelecido como normal é não só discriminado, mas não aceito o que acaba marginalizando essas vivências e o seu corpo sendo impossibilitado de expressão e assim de existir. É possível concluir que é na margem que ocorre a subversão do gênero, pois mesmo naquele lugar que são impostos, conseguem ainda que de forma precária, emergir certa liberdade, pagando o preço de existir conseguem ali não sucumbir a heteronormatividade compulsória, na margem não existe binarismo, na margem há corpos que existem resistindo.

Palavras-Chaves: Estudos de Gênero, Teoria Queer, Feminismo.

Introdução

O corpo sempre foi a inscrição existencial do ser humano, o corpo recebeu diversas cargas significativas e diferentes ênfases e desenvolvimentos conforme a perspectiva metodológica e o foco. Sendo a sexualidade a mais proeminente das manifestações e impressões sobre o corpo. Para Foucault (1988), a sexualidade não é algo natural e imutável, mas sim uma construção social e histórica sobre os modos de sentir e experimentar o corpo, os desejos e as relações. A concepção do corpo estabelecida atualmente no ocidente se construiu no século XVIII, por uma série de mudanças nos sistemas de organização e produção de forças. Por intermédio de uma difusão de regimes de verdades, olhares e definições sobre o sujeito, assim a sexualidade tornou-se um dispositivo de controle, principalmente de corpos, de modos de existência e de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

populações. Nesse sentido, Foucault explana sobre o que denomina de dispositivo da sexualidade que é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Como discurso os estudos de gêneros sempre tiveram o corpo como matéria prima não só para se debruçar sobre contextualizações, mas como estratégia de expressão agora como um resgate subversivo. Partindo do pressuposto que o corpo é “existencial”, encontra-se a teoria do *Outro* formulada por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, a mulher não seria considerada sujeito, carregado de significantes era ela aquilo que o homem não é, sua existência era resignada ao âmbito do inessencial. Sendo sua história, seu corpo definido e apoderado:

É nesse período que ela sente mais penosamente seu corpo como uma coisa opaca alienada; esse corpo é presa de uma vida obstinada e alheia que cada mês faz e desfaz dentro dele um berço; cada mês, uma criança prepara-se para nascer e aborta no desmantelamento das rendas vermelhas, a mulher como homem é seu corpo, mas seu corpo não é ela, é outra coisa (BEAUVOIR, 2019, p. 57).

Assim, Simone defende que é preciso que a mulher exista em outros domínios em outras referências existenciais que não ao seu corpo biológico:

Pois, sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra. Eis por que o estudamos demoradamente; são chaves que permitem compreender a mulher. Mas o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela (BEAUVOIR, 2019, p. 60).

Judith Butler (2016), complementa e amplia ao dizer que o gênero não é um atributo social ou cultural, como se vinha pensando até então, mas uma categoria construída por meio de performances normativas inscritas e reforçadas pela cultura heteronormativa por intermeio do poder, visto que:

O poder parecia ser mais do que uma permuta entre sujeitos ou uma relação de inversão constante entre um sujeito e um Outro; na verdade, o poder parecia operar na própria produção dessa estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero (BUTLER, 2016, p.8).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

Assim, como esse poder é reservado aos homens segundo Marcia Tiburi (2017), as mulheres sofrem estereótipos e idealizações também naturalizadas. O ato de naturalizar corresponder a um procedimento moral e cognitivo que se torna hábito. E por meio dele, passa-se a acreditar que as coisas são como são e não poderiam ser de outro modo. Nem poderiam ser questionadas.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino se diferencia do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual (BUTLER, 2016).

Nesse binarismo de macho ou fêmea, homem ou mulher, sempre se não é uma coisa é a automaticamente a outra, fazendo refém ainda, estabelecendo limites e tudo o que não se limita a essa construção acaba sendo segregada a uma margem, não havendo um lugar de existência. Butler (2016), explana que convencionalmente, a discussão sociológica tem buscado compreender a noção de pessoa como uma agência que reivindica a prioridade ontológica aos vários papéis e funções pelos quais assumem viabilidade e significado sociais. Assim, essa pessoa não precisaria se “identificar” ou performar num outro para se obter significância e existência social.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discorrer sobre a heteronormatividade compulsória e como essa marginaliza outras vivências que não se enquadram nos papéis de gênero. O artigo intenta perpassar desde as imposições e conceituações de gênero tendo como cerne o existencialismo de Simone de Beauvoir até chegar na teoria Queer, especificamente ponderando sobre as vivências trans e os seus marcadores sociais, essa análise será fundamentada e exemplificada na perspectiva do corpo como um marcador existencial.

1. Uma questão de gênero

Não é só o gênero que é construído socialmente, mas também o sexo biológico, pois existe muito de construção social na atribuição do sexo biológico, assim como há no gênero (FAUSTO-STERLLING, 2016, s/p).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

A necessidade da diferenciação de sexo biológico e gênero vem sendo debatida antes mesmo do movimento feminista ganhar o nome e influência, porém essa consideração ganha força primeiramente no livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir e se expande de forma mais analítica e potente em *Problemas de Gênero* de Judith Butler. Pois, Butler ao se aprofundar na problemática da regência do binarismo compreende não só o homem e a mulher, mas tudo aquilo que não se refere justamente ao sexo biológico, pois sendo esse ostensivamente construído, o sexo deve ser considerado também como uma inscrição social cultural:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2016, p.27).

Assim o gênero é construído socialmente, como o sexo seria um empreendimento imposto pela sociedade para determinar se uma pessoa é mulher ou homem a partir do seu órgão sexual. Nesse sentido, reforça-se a ideia de que gênero é uma construção social, e que possui influência direta da família, como por exemplo, a partir do ultrassom, antes mesmo de um bebê nascer, ao se descobrir o sexo biológico, já é imposto a esse os cargos tido de gênero, caso seja menina usará rosa, menino azul, ou seja se dá uma construção de performances que esse indivíduo deverá corresponder mediante seu sexo que será fiscalizado pelo resto da sua vida pelas instituições sociais como a escola, família e igreja (KOTLINSKI, 2012).

Tomemos o exemplo que Bourdieu (1998) traz ao analisar a sociedade Cabila, presente na sua obra *A Dominação Masculina*, demonstrando como ocorre a divisão dos papéis sociais mediante o sexo e como essa divisão está na ordem das construções das representações dos corpos de cada indivíduo. Nesta sociedade que prevalece a visão androcêntrica, naturalizam a ordem das representações sociais de acordo com a genitália de cada corpo, portanto, não sendo difícil enxergar como são evidenciadas e legitimadas a força masculina na ordem social pré-estabelecida em que enaltecem a dominação masculina, representada pela divisão social do trabalho, pelas distribuições das atividades do grupo. Nesta perspectiva, observa-se a diferenciação nos objetos pertencentes ao grupo masculino e os que são pertencentes ao grupo feminino, assim como os espaços que são

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

reservados para cada um dos sexos binários. Nesta comunidade a mulher está condicionada a vida doméstica, a de como cuidar dos filhos e do interior da casa, e para os homens os espaços públicos, ocupados somente por eles mesmos.

O filósofo ainda pondera que o mundo social contribui para o fortalecimento da construção social da divisão dos trabalhos que são atribuídos para cada indivíduo de acordo com o seu órgão genital. Por isso, o espaço de cada indivíduo dentro do grupo estará ligado ao seu corpo, nesse sentido, os traços biológicos determinam os seus papéis sociais, em que a diferença do corpo feminino para o corpo masculino vai definir a sua posição social, sendo justificada pela diferença atribuída para cada gênero.

Nesse ponto de vista, os espaços públicos se tornam monopólio dos homens, em que a mulher não pode andar por esses espaços sem a presença de um homem ao seu lado, pois a mesma não pode falar sem a companhia de um homem, muito menos levantar seu rosto, devendo sempre estar andando nos espaços públicos de cabeça baixa em direção para seus pés, espaços esses de submissão (BOURDIEU, 1998).

Dessa forma “a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem.” (SAFFIOTI, 1987). Nesse sentido, toma -se o corpo como palco de performance, como instrumento que se insere essa opressão e mais do que isso que se espera que expresse todos os signos do gênero de forma subordinada, entretanto, há a necessidade de dissociação dessa premissa:

Mas o gênero, não é “o corpo”. Ele é uma interpretação do corpo dada pela cultura que designa, por relações semióticas arbitrárias, o que é masculino e feminino. O gênero é pré-discursivo, está dado antes mesmo do nascimento, é pressuposto e é performático. Depois de nascer, é preciso aprender a ser do gênero que lhe deram: cruzar as pernas, falar grosso, não mexer tanto as mãos. Há um esforço intenso no enquadramento do sujeito em um dos polos de gênero. Entendemos hoje a fuga desse enquadramento como “disforia de gênero”, ou seja, o discurso médico-clínico transforma em patologia o que é uma questão identitária (VIEIRA, 2018, p. 363-364).

O conceito de identidade de gênero, de acordo com Kotlinski (2012) é independente do sexo, e sim construído socialmente. Logo, uma pessoa pode ter uma identidade de gênero feminino ou masculino, ou até mais de uma identidade gênero, pois essa identidade de gênero se difere do signo físico ou biológico de cada indivíduo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

Entretanto, o padrão heteronormativo é considerado como o sistema social vigente na sociedade brasileira, sendo esse ensinado, reforçado e repassado culturalmente pelas instituições sociais, normalizando a ideia de que todos os indivíduos da sociedade são/tem que ser heterossexuais.

2. A heteronormatividade compulsória

A naturalização da heterossexualidade, via heteronormatividade, alimenta uma lógica de desumanização do sujeito que se orienta por outras corporalidades e por sexualidades para além da heterossexual. Essa desumanização é encenada por uma aparente unidade corpórea/biológica, isto é, toma-se o sujeito anatômico, em seus recôncavos, identificando-o por sua existência física/material e não pelo (re)conhecimento que ele quer dar e traçar de si para si mesmo e para o mundo (SANTOS, 2019).

Assim se estabilizou uma forma de ser que é aquele que nasce com o seu sexo biológico deve ter desejo sexual pelo sexo correspondente, de tal modo a identidade e suas expressões seriam baseadas em questões sexuais e não verdadeiramente identitárias:

A estabilidade das identidades, a totalização das formas de ser, a captura dos corpos e subjetividades são os processos que estabilizam o mundo. Entre todas essas categorias, o gênero é a principal. De saída sabemos: ou se é homem ou mulher, não há outra categoria, supõem alguns, de inteligibilidade para os corpos. O olhar do mundo, do outro e das instituições buscará em cada sujeito um signo que o revele homem ou mulher. Na ausência de signos evidentes, agem as instituições (Estado, Igreja, família, medicina, justiça) produzindo e revelando “signos ocultos” (VIEIRA, 2018, p.349).

Essa pressão que o indivíduo está sujeito desde o momento que nasce é instalado devido a poder dessas instituições, sendo esse sujeitado a este, devido que:

O modelo habitual para entender esse processo é este: o poder se impõe sobre nós; enfraquecidos pela sua força, nós interiorizamos ou aceitamos seus termos. O que essa descrição não diz, no entanto, é que “nós” que aceitamos tais termos somos fundamentalmente dependentes deles para “nossa” existência. Não existem condições discursivas para a articulação de um “nós” qualquer? A sujeição consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação (BUTLER, 2017, p. 4).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

E essa imposição do poder acontece principalmente pela repetição de um discurso que instala e reforça as regras sociais, os lugares e os papéis, essa imposição é compreendido como um regime de poder/discurso com diferentes maneiras de construção de uma linguagem. “o feminino é uma representação no âmbito da linguagem” (BUTLER, 2016, p. 11).

Assim, “a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero” (BUTLER, 2016, p. 11). Sendo a instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual.

Esse comportamento se designa heterossexismo quando as pessoas não reconhecem além da heterossexualidade. A naturalização da heterossexualidade classificando qualquer pessoa que se desvia dessa conduta como “anomalias” da sociedade. Ou seja, o pensamento arcaico de que todas as pessoas são heterossexuais, excluindo qualquer outro tipo de identidade sexual. Além do mais, o heterossexismo atribui vantagens a heterossexualidade, privilegiando os direitos das pessoas heterossexuais em detrimento dos direitos dos homossexuais (KOTLINSKI, 2012).

Conforme Santos (2019), a heteronormatividade performa uma ideia/uma aparência de naturalização, de centralidade e de necessidade de distinção entre normais e não-normais que acaba por violentar, punir e matar, negando ao sujeito o direito a ser (humano) e criando formas de ocultamento e de silenciamento que dissimulam a violência no trato das questões de gênero.

Segundo Butler (2016, p. 47) “a derrubada da heterossexualidade compulsória irá inaugurar um verdadeiro humanismo da pessoa livre dos grilhões do sexo”. E nessa perspectiva que a autora propõe a subversão do gênero como forma de liberdade.

3. A Teoria Feminista e a Teoria Queer

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais. Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político, questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal, propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade. No decorrer do tempo, manifestou-se de formas variadas, todas essas estreitamente dependentes da sociedade em que tiveram origem e da condição histórica das mulheres (TELES, 1999).

Foi somente na segunda onda do movimento feminista que ocorreu fortemente a contestação da “natureza feminina” e o entendimento dos mecanismos de produção da diferença e das subalternidades foi fundamental para amparar, do ponto de vista epistemológico, o acesso da mulher ao mundo “público” (pólis), ou seja, para promover a saída da mulher do lar e das funções de cuidado para o mundo do trabalho, da escolaridade, das garantias legais que reconheciam a integralidade da mulher enquanto sujeito político e de direito e, principalmente, para construir estratégias de resistência aos mecanismos de dominação e controle sobre o corpo das mulheres (BAGAGLI, 2018).

Assim segundo Bagagli (2018), no seio desse processo de desnaturalização da identidade mulher, as epistemologias feministas se viram frente a uma série de contestações, principalmente no que se refere a linguagem e seu poder sobre os corpos e expressões o que já vinha sendo dito por Wittig:

Segundo os gramáticos, a marca do gênero afeta os substantivos. É em termos de função que eles falam sobre isso. Se questionam seu significado, às vezes brincam, chamando o gênero de “sexo fictício” [...] no que concerne às categorias de pessoa, ambas as línguas [inglês e francês] são igualmente portadoras do gênero. Ambas abrem caminho a um conceito ontológico primitivo que impõe, na linguagem, uma divisão dos seres em sexos [...] Como conceito ontológico que lida com a natureza do Ser, juntamente com toda uma névoa de outros conceitos primitivos pertencentes à mesma linha de pensamento, o gênero parece pertencer primariamente à filosofia (WITTIG, 1985, p.4).

O feminismo ao entender que a questão de gênero e identidade e propiciou um salto no estudo de gêneros, ampliando o campo não só de estudos, mas de expressividades possíveis:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

[...] a subordinar a noção de gênero àquela de identidade, e a levar à conclusão de quem uma pessoa *é* um gênero e o *é* em virtude do seu sexo, de seu sentimento psíquico do eu, e das diferentes expressões desse eu psíquico, a mais notável delas sendo a do desejo sexual (BUTLER, 2016, p.51).

Nessa perspectiva, nasce os estudos *queer* na década de 1980 como uma corrente teórica que colocou em xeque as formas correntes de compreender as identidades sociais. Descendendo teoricamente dos estudos gays e lésbicos, da teoria feminista, da sociologia do desvio norte-americana e dos pós-estruturalismo francês, a teoria *queer* surge em um momento de reavaliação crítica da política de identidades. Assim, busca evidenciar como conhecimentos e práticas sexualizam corpos, desejos, identidades e instituições sociais numa organização fundada na heterossexualidade compulsória (obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto) e na heteronormatividade (enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo). (MISKOLCI, 2012).

Ainda segundo Miskolci (2012), a teoria *queer* tem por objeto os sujeitos que não se enquadram nas matrizes de inteligibilidade de gênero. No entanto, as identidades sexuais "transgressoras" não são seu único foco, pois ela interroga os processos sociais que produzem, reconhecem, naturalizam e sustentam as identidades. Sua promessa política reside na crítica aos múltiplos binarismos e aparentes antagonismos sociais expressos em categorias que incluem raça, gênero, classe, nacionalidade e religião, todas não apenas somadas, mas necessariamente relacionadas com a sexualidade. E dispensa atenção aos indivíduos que não se conformam às regras e, portanto, vivem nas zonas de abjeção, lugares nos quais sua própria humanidade é contestada, exatamente por não corresponder aos ideais normativos do humano.

A estratégia do *queer* é politizar a abjeção, impulsionar sua resignificação com a finalidade de criar estratégias de sobrevivência para que as vidas *queer* sejam legíveis, valorizadas, merecedoras de apoio e de reconhecimento (BUTLER, 2020). É preciso assim diferenciar-se-ia a Teoria *Queer* dos estudos *gays* por ir, justamente, na contramão de uma perspectiva que busca o mero "encaixe" em padrões, recusando valores morais violentos, enriquecendo, por um lado, os estudos gays e lésbicos com a sua perspectiva

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

feminista através do conceito de gênero, e sofisticando o próprio feminismo, ampliando o seu alcance (MISKOLCI, 2012).

Essa categoria que Miskolci (2012) explora que é a de *abjeção*, vem da teoria de Judith Butler, que se origina por sua vez da Psicanálise:

O abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante. [...] Quando alguém xinga alguém de algo, por exemplo, quando chama essa pessoa de 'sapatão' ou 'bicha', não está apenas dando um 'nome' para esse outro, está julgando essa pessoa e a classificando como objeto de nojo. A injúria classifica alguém como 'poluidora', como alguém de quem você quer distância por temer ser contaminado (MISKOLCI, 2012, p. 40).

A abjeção sempre esteve presente, porém segundo Miskolci (2012) ganhou maior relevância na forma como pensamos as relações sociais a partir da experiência da AIDS. Derivaria do julgamento negativo em torno do homoerótico, mas, acima de tudo, do rompimento de padrões normativos; por isso homens gays que adotam um estilo de vida hegemônico sofreriam menos violência, e até corroborariam, de certa forma, com a heteronormatividade e com a marginalização dessas vivências.

4. Vivências trans: gênero, sexualidade, prostituição e os seus marcadores sociais

“Há pouco tempo, a frase que mais servia como carimbo para se falar em transgeneridade era: Nasceu no corpo errado. Para mim, falar de transgeneridade é a possibilidade de dar sentidos ao meu corpo” Linn da Quebrada (2018, p. 188).

O transfeminismo implica considerar o ponto em que o feminismo diz respeito às vidas das pessoas transexuais, travestis e transgêneras. O transfeminismo, portanto, é em seu aspecto teórico o aporte de compreensão dos corpos trans em seu aspecto político-social. É um movimento, uma luta pela inclusão das pessoas trans no mundo (BAGAGLI, 2018).

Conforme Vieira (2018), a compreensão do paradigma cisgênero conduz a pensar os próprios conflitos das pessoas trans com seus corpos. A noção de beleza emana daquilo que podemos chamar de uma ciscolonialidade, uma forma de colonizar todos os corpos, sobretudo os corpos trans, a partir de uma referência cisgênero, de modo que, em dado

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

momento, começa-se a pensar que o corpo trans “saudável”, “curado”, é aquele que tomou formas cisgenerizadas. Pois:

“a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento” (BUTLER, 2016, p.19).

As pessoas transgêneros são perseguidas dentro do grupo social e acabam ficando à margem da esfera social. A sociedade padrão acaba classificando as pessoas transgêneros como indivíduos anormais, tentando coagir em cima das pessoas trans que sigam sua vida de acordo com o seu gênero que lhes foi atribuído no nascimento por conta do seu sexo biológico. Entretanto, como bem sabemos sobre as diversidades de identidades sexuais, acreditar que existe apenas um padrão e que todas as pessoas devam construir o seu gênero a partir do seu sexo biológico é uma ideia totalmente falaciosa, as pessoas que nascem trans nos mostram como é possível haver homens com vagina e mulheres com pênis (JESUS, 2012).

As pessoas que se reconhecem como travestis, não vivem como se fossem do gênero feminino ou masculino e sim como membros de um terceiro gênero ou não-gênero. No nosso país, como as travestis foram/são estigmatizadas ao longo dos anos, hoje em dia a maioria das travestis possuem identidade transsexual, assim como outras que se consideram *crossdresser* e transformistas. O termo *crossdresser* são homens heterossexuais que sentem prazer em usar roupas femininas. E as Drag Queen/King, transformistas são Artistas que fazem uso de feminilidade estereotipada e exacerbada em apresentações são conhecidos como *drag queens* que são homens fantasiados como mulheres (JESUS, 2012)

De forma especializada em relação a homossexualidade e ao sexismo, a lesbofobia se caracteriza como a fobia que algumas pessoas ou grupos tem em relação a mulheres lésbicas, ou seja, este termo é utilizado para descrever o ódio que se destinam ao lesbianismo, esse preconceito possui diferentes variáveis por se tratarem de mulheres. Mas tanto a lesbofobia, como a homofobia se caracteriza pelo ódio em relação às e aos homossexuais e:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

[...] ainda às e aos travestis, e às e aos transexuais. A homofobia se expressa de muitas formas: dificultando a formação educacional e profissional de homossexuais; motivando demissões ou mesmo impedindo homossexuais de conseguirem uma vaga no mercado de trabalho formal; impedindo a expressão da afetividade de casais em vias públicas etc. Em muitos casos, chega ao cúmulo da violência física e ao assassinato de homossexuais, constituindo assim um problema de Estado, pois abarca a **violação dos Direitos Humanos**, de todo um segmento populacional. Portanto, o entendimento da homofobia deve ir para além de uma questão pessoal daquele que é homofóbico e ser assumido pelo Estado como um problema social a ser solucionado. (KOTLINSKI, 2012, p.4, grifo nosso).

João Silvério Trevisan que é um dos maiores estudiosos do movimento homossexual, ressalta o prejuízo da fetichização dessa vivência no âmbito recreativo o que muitas das vezes impede a elaboração de políticas homossexuais verdadeiramente representativas:

Resgare-se que, tanto num caso quanto no outro, a voz desejante é que toma seu espaço e floresce, num entorno de parcas elaborações, considerando-se que até hoje a homossexualidade, quase sem exceção, vem sofrendo sob **sistemas repressivos**, em diferentes graus e circunstâncias. Daí o inevitável ineditismo dos muitos fenômenos sociais e culturais que cercam uma comunidade de cidadãos e cidadãs até então tratada como se fosse invisível, quer dizer, ignorada. Como exemplo emblemático dessa invisibilidade, pense-se no Carnaval e sua histórica relação com o travestismo, que por sua vez remete a **sintomas homoeróticos**, e suas inflexões nos mais diversos contextos socioculturais. Na melhor das hipóteses, o Carnaval tem sido visto como um pecadilho de três dias, quando sua expressividade cultural amplia os limites homoeróticos no **espaço heteronormativo** e deveria constituir um referencial de primeira grandeza para análise do fenômeno homocultural como um todo (movimento homossexual (TREVISAN, 2010, p. 59, grifo nosso).

A exclusão social, a marginalização e todas as mazelas oriundas da condição de pobreza se manifestam num ciclo. A pobreza é um problema transdisciplinar, pouco aprofundado, segundo relatos de transgêneros, o abandono social e a expulsão precoce da escola constituem a principal causa de tal marginalização (PEREIRA; GOMES, 2017).

As identidades transgênero, quando são expressas a sociedade, tendem a empurrar essas para uma situação de vulnerabilidade social, marcada pela fragilidade dos vínculos de trabalho ou das relações sociais, e que determina uma restrição na participação social destas pessoas em igualdade de direitos, caracterizando a condição de desvantagem social. Este processo afeta a autonomia, os direitos e o empoderamento pessoal e social das mesmas. O que fica evidente que essas pessoas passam por várias situações que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

levam a sofrimentos diversos emocionais e sociais. Espaços que deveriam se configurar como importantes suportes na vida, como a família e a escola, são os principais espaços de exclusão a partir das primeiras manifestações da diferença (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

Segundo Passamani, Rosa e Lopes (2020), há uma série de tensões que recobrem o campo da prostituição, hoje a possibilidade de a prostituição ser agenciada em aplicativos de smartphones, em sites e outras dimensões mediadas pelas novas tecnologias, mas ela ainda está viva e atuante nas praças, nos becos, nas ruas escuras do centro da cidade, bem como nas páginas dos classificados dos jornais impressos. Tudo isso segundo os autores mostra que a potência e a pluralidade de discursos que envolvem a construção do desejo são pujantes, enfrentam reveses, muitas vezes, nas relações de poder, mas, ao mesmo tempo, agenciam resistências das formas mais variadas e criativas.

Entretanto, não se pode esquecer que muitos desses pelos motivos já elencados, vivem à margem, esses sujeitos periféricos, com enorme possibilidade de serem discriminados e vítimas das formas mais variadas de preconceito. E essa discriminação e segregação aumentam conforme a presença e um ou mais marcadores sociais. A classe é a principal delas, as que recorrem a prostituição são geralmente mais pobres, menos escolarizadas, mas sexualmente interessantes para as relações a serem desenvolvidas. Há ainda marcação de classe, quando a participação na sociedade, sendo as artistas, travestis e transformistas, mesmo não sendo consideradas “gente de sociedade”, por alguns instantes, seus números conseguem “romper essas fronteiras e naquele momento liminar produzir a intersecção entre o gênero em trânsito e as classes distintas que se encontravam, às avessas, na hora do aplauso final” (PASSAMANI, 2015, p.127).

Essa segregação, marginalização, discriminação desumanizam e acabam acarretando na desumanização completa que ceifa a vida desses indivíduos seja pelo assassinato, seja uso de drogas, seja pelas doenças ou pelo suicídio. Assim faz se emergente primeiro, políticas públicas que contemplem as necessidades da comunidade homossexual, no sentido de atingir os pressupostos de uma sociedade democraticamente representada (TREVISAN, 2010). O reconhecimento, seria, portanto, o instrumento publicizador que confere aos agentes sociais e às suas subjetividades a possibilidade de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

se tornarem meios simbólicos de expressão, cuja efetividade revelar-se - á em autorrespeito e na possibilidade de participação efetiva na ordem pública (PEREIRA; GOMES, 2017).

Considerações Finais

Os estudos de gênero, a teoria Queer ampliam a perspectiva que o próprio movimento feminista via em relação ao assujeitamento do indivíduo pelo seu corpo. Ao entender e se aprofundar novas possibilidades de enxergar as vivências que já existiam e se expressavam na margem foram postuladas. Porém, esses sujeitos quebrando as normas, subvertendo os gêneros, performando qualquer outra expressão que não seja a imposta continuam ainda marginalizados, ainda tendo uma vivência condicionada a papéis inferiores, pois foram colocados em marcadores de inferioridade, pois a sociedade construída a partir da regência binária prestigia e mais do que isso dá lugar somente aqueles que performam o seu sexo biológico como gênero socialmente aceito em consequência expressam seu desejo de forma heterossexual, tudo aquilo que difere então é subalternizado.

Para perder o conceito de margem, não é necessário ampliar fronteiras é preciso ocorrer a diferenciação, nos termos butlerianos a subversão de gêneros, pois a partir do momento que entendermos a real necessidade não de inclusão, mas de liberdade dos grilhões do sexo biológico podemos construir um espaço que ninguém precisaria ser incluído, pois não haveria exclusão seria um espaço que primeiramente não teria padrões normativos para serem seguidos, seria um espaço que não precisaria ter resistência, só vivências.

Referências

BAGAGLO, Bia Pagliarini. Transfeminismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminino e subversão da identidade**. 11 ed. trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

FAUSTO-STERLLING, Anne. Não é só o gênero que é socialmente construído, o sexo biológico também. Revista AZMINA, 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/nao-e-so-o-genero-que-e-socialmente-construido-o-sexo-biologico-tambem/>>. Acesso em 25 de novembro de 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. São Paulo: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a história da sexualidade**. In Machado, R. (Org). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Produção independente, 2012.

KOTLINSKI, Kelly. Diversidade Sexual-Uma breve introdução. In: **Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**, 2012. Disponível em: <http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diversidade_sexual-artigo_-_diversidade_sexual_-_artigos_e_teses.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.

PASSAMANI, Guilherme R. Farras, fervos e shows: um kairós de protagonismos e infortúnios no Pantanal-MS. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 9, n. 13, 2015.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; ROSA, Marcelo Victor da; LOPES, Tatiana Bezerra de Oliveira. Sutilezas e “escadas da moralidade” nas saunas de Campo Grande-MS. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, 2020.

PEREIRA, Fabio Queiroz; GOMES, Jordhana Maria Costa. Pobreza e Gênero: a marginalização de travestis e transexuais pelo direito. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 22, n. 2, p. 210-224, 2017.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 149-174, 2007.

SANTOS, Rosana Cristina Zanelatto. A invenção da heteronormatividade: um romance autobiográfico. **Caderno de Letras**, n. 34, p. 483-497, 2019.

SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da; BEZERRA, Waldez Cavalcante; QUEIROZ, Sandra Bomfim de. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 364-372, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TIBURI, Marcia. Mulheres e poder contra o culto da ignorância machista. **Cult**, n.222, 2017.

TREVISAN, João Silvério. Homocultura & política homossexual no Brasil: do passado ao por-vir. **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**, p. 49-60, 2010.

VIEIRA, Helena. Transfeminismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WITTIG, Monique. The Mark of Gender. **Feminist Issues**, v. 5, n. 2, 1985.